



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CS	
N.º Único	406152
Entrada/Saída n.º	101 Data 21/09/09

Exma. Senhora Presidente da

Comissão de Saúde

Lisboa, 09 de Setembro de 2011

Assunto: Requerimento sobre o fim da comparticipação da pílula contraceptiva e de vacinas, e a redução de comparticipação dos medicamentos antiasmáticos e broncodilatadores

O anúncio do Governo em deixar de comparticipar a pílula contraceptiva e de três vacinas (vacina contra o cancro do colo do útero, hepatite B e a estirpe do tipo B do vírus da gripe) do plano nacional de vacinações, e reduzir a comparticipação dos medicamentos antiasmáticos e broncodilatadores, trouxe preocupações acrescidas ao PCP, sobretudo quanto aos impactos negativos na saúde dos portugueses. Estas medidas inserem-se na política de progressiva e acentuada deterioração do Serviço Nacional de Saúde. Trata-se de cortes cegos, com uma única preocupação, reduzir custos, transferindo-os para os utentes.

Apesar de o Governo afirmar que manterá a distribuição gratuita nos Centros de saúde, quer da pílula contraceptiva, quer das vacinas, não assegura integralmente a universalidade do acesso, devido a diversas condicionantes, entre elas, a existência de mais de 1,7 milhões de utentes sem médico de família (segundo dados divulgados pelo Ministro da Saúde) e a carência de cerca de 5 mil enfermeiros a nível nacional.

Acresce ainda, o facto de muitos portugueses terem horários de trabalho desregulados ou relações laborais de grande instabilidade e precariedade, que os impossibilita de se deslocarem aos respectivos Centros de Saúde no período de funcionamento, restando como única alternativa a comparticipação do Estado, para acederem quer à pílula contraceptiva, quer às vacinas.

O fim da comparticipação da pílula contraceptiva constitui um retrocesso civilizacional, colocando em causa a saúde das mulheres e o planeamento familiar. A implementação desta medida poderá conduzir, a que milhares de mulheres abandonem a pílula

contraceptiva e conseqüentemente aumentem o número de gravidezes indesejadas, bem como de interrupções voluntárias da gravidez, com custos bastante avultados para o Estado.

O provável aumento da natalidade, associado ao agravamento das condições de vida das famílias, com o corte nos salários e das prestações sociais, como é exemplo o abono de família, o alastramento do desemprego e da precariedade, poderá traduzir-se no crescimento da pobreza das famílias e das crianças.

O acesso de todas as mulheres à pílula constitui uma conquista da luta das mulheres, pelo direito à saúde e à emancipação.

Também o fim da comparticipação das referidas vacinas e a redução da comparticipação dos medicamentos antiasmáticos e broncodilatadores, reflectir-se-á em novos obstáculos no acesso dos utentes, e a longo prazo trará custos acrescidos para o Serviço Nacional de Saúde.

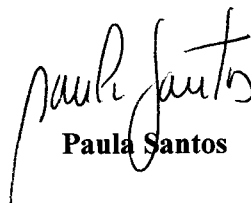
Face à gravidade das medidas tomadas e dos seus impactos na saúde dos portugueses, importa conhecermos quais os fundamentos que sustentam estas decisões, qual a análise quanto aos seus impactos e como se pretende assegurar o direito dos portugueses aos cuidados de saúde. Importa também abordar a decisão do fim da comparticipação da pílula contraceptiva na óptica dos direitos das mulheres.

Neste sentido o PCP requer as seguintes presenças na Comissão de Saúde:

- Associação para o Planeamento da Família
- Infarmed
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde
- Secretária de Estado da Igualdade

Com os melhores cumprimentos,

A Deputada


Paula Santos